

Notas críticas sobre a contrarreforma do estado brasileiro e o recrudescimento do conservadorismo.

Jodeylson Lima Sobrinho.

Cita:

Jodeylson Lima Sobrinho (2019). *Notas críticas sobre a contrarreforma do estado brasileiro e o recrudescimento do conservadorismo. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/376>



Notas críticas sobre a contrarreforma do estado brasileiro e o recrudescimento do conservadorismo

Jodeylson Lima Sobrinho

Resumo

O presente artigo é fruto de pesquisa bibliográfica e documental, no qual apontamos como se opera a contrarreforma do Estado brasileiro em sua relação com o conservadorismo na atual conjuntura. Alicerçado no materialismo histórico-dialético, buscamos compreender esse objeto, a partir das categorias heurísticas: Contradição, Mediação, Totalidade e Historicidade. Assim, as transformações societárias em curso é parte constitutiva de um pacote de orientações elaboradas pela classe dominante para conduzir o processo de reestruturação do capital, num contexto de crise sistêmica. Como parte integrante dessas orientações, o Estado passa a reconduzir sua funcionalidade mediante transferência do fundo público para a iniciativa privada e para programas de socorros econômicos. Essas orientações demonstram os limites do capitalismo, cujas consequências tem sido o avanço da barbárie pelo/no conservadorismo. Assim, podemos perceber que nessa quadra história, trata-se de uma subsunção do plano político, social e econômico brasileiro aos interesses internacionais, diga-se EUA, no qual o Estado tem encabeçado por meio do ideário ultraconservador, um discurso camuflado de suposta “crise fiscal” e de moralismo das relações sociais como mote intensificar do processo de privatização e exploração do trabalho. Dessa maneira, esse ideário com pilares fundamentalistas e centrados nos ajustes econômicos, as políticas sociais são tratadas a partir do trinômio privatização-focalização-descentralização, materializadas na cultura anti-Estado e, sobretudo, na desqualificação da política, da democracia e do pensamento crítico, a partir do conservadorismo-neoliberal, que se concretiza como conjunto de princípios orientadores das práticas políticas da direita e da extrema-direita brasileira, conformando a assim chamada “nova direita”, que avança com Bolsonaro.

Palavras chave

Estado Brasileiro; Conservadorismo; Neoliberalismo; Extrema-Direita; Contrarreforma.

Abstract

This article is the result of bibliographic and documentary research, in which we point out how the Brazilian State's counter-reform operates in its relationship with conservatism in



the current conjuncture. Based on historical-dialectical materialism, we seek to understand this object from the heuristic categories: Contradiction, Mediation, Totality and Historicity. Thus, the current corporate transformations are part of a package of guidelines developed by the ruling class to conduct the process of capital restructuring in a context of systemic crisis. As an integral part of these orientations, the State begins to renew its functionality by transferring the public fund to private initiative and economic relief programs. These guidelines demonstrate the limits of capitalism, the consequences of which have been the advance of barbarism by / on conservatism. Thus, we can see that in this fourth history, it is a subsumption of the Brazilian political, social and economic plan to international interests, say the United States, in which the State has headed through the ultra-conservative ideology, a camouflaged discourse of supposed “fiscal crisis” and the moralism of social relations as a motto to intensify the process of privatization and exploitation of labor. In this way, this ideology with fundamentalist pillars and centered on economic adjustments, social policies are treated from the privatization-focus-decentralization trio, materialized in the anti-state culture and, above all, in the disqualification of politics, democracy and critical thinking. , based on neoliberal conservatism, which becomes concrete as a set of guiding principles of the political practices of the Brazilian right and extreme right, conforming the so-called “new right”, which advances with Bolsonaro.

Keywords

Brazilian state; Conservatism; Neoliberalism; Extreme Right; Counterreformation.

Introdução

A contrarreforma do Estado é uma estratégia política, econômica, cultural e social do Capital em se reestruturar. Em outras palavras, a contrarreforma do Estado se opera pelo conjunto de ações e respostas do capitalismo para enfrentamento da crise, configura-se na dominância do capital portador de juros, na intensificação da supercapitalização, na reestruturação produtiva que conjuga inovação tecnológica e organizacional, com velhas práticas predatórias de acumulação primitiva, no ajuste estrutural do Estado de acordo com a nova racionalidade hegemônica e com todo o ideário neoliberal a ela vinculado, que tem seus rebatimentos na organização do trabalho (SOARES, 2010).

Diante disso, no Brasil, elencam-se as transformações societárias em curso como parte constitutiva de um pacote de orientações elaboradas pelas classes dominantes, de



forma a conduzir o processo de reestruturação do capital em um contexto de crise sistêmica, por meio de revoluções pelo alto, na qual alijam toda a sociedade de qualquer possibilidade de participação social. Como parte integrante dessas orientações, o Estado, enquanto espaço privilegiado da burguesia passa a reconduzir sua funcionalidade mediante transferência de fundo público para iniciativa privada e programas de socorros econômicos. Essas orientações do Estado demonstram os limites do capitalismo cujas consequências tem sido o avanço da barbárie social no/pelo conservadorismo, em condições particulares desse na realidade brasileira.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica, alicerçada no método crítico dialético, pelo qual nosso percurso metodológico buscou compreender o objeto de estudo a partir das categorias heurísticas: contradição, mediação, totalidade e historicidade. Assim, buscamos aprofundar um pouco a discussão sobre a contrarreforma operada no Estado brasileiro, por meio do recrudescimento do conservadorismo nos tempos atuais, sobretudo, pela constituição e espraiamento da nova direita brasileira, e o impacto dessa realidade nas políticas sociais, logo, no tratado, pelo Estado, às expressões da questão social.

Contrarreforma do Estado brasileiro e o recrudescimento do conservadorismo enquanto estratégia do capital

A presença marcante do Estado no Brasil, em tempos de estagnação econômica e reação burguesa (neoliberalismo), é marcada pelo ambiente contrarreformista¹ de desmonte dos direitos sociais conquistados por meio da luta encabeçada pela classe trabalhadora, explícito na constituição de 1998, cuja direção era de políticas sociais com caráter universalista e como dever do Estado. Todavia, o neoliberalismo e a contrarreforma do Estado² são respostas à crise estrutural do capital, enquanto parte da engrenagem do próprio sistema (Behring, 2003).

No Brasil, especificamente, a contrarreforma do Estado Brasileiro tem traços iniciais no período ditatorial, mas o impulso aconteceu nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardos (FHC). E, nas palavras dos seus ideólogos a proposta da contrarreforma apresentava-se como “necessária”, devido à crise fiscal nos países centrais ocasionadas pela ampliação da intervenção estatal, ao incorporar sua presença no setor produtivo como regulador das relações de produção, ou seja, o centro da “reforma”, na verdade, se colocou como sendo o ajuste fiscal (Behring & Boschetti, 2010).



Assim, as intituladas “reformas” do Estado brasileiro, ainda nos anos de 1.990, são orientadas e designadas para atender o mercado, na conjuntura em que as complicações no âmbito econômico, político e social são mencionadas pela burguesia como consequências do próprio Estado. Assim, nessa lógica, torna-se imperativo a sua racionalização e reforma com ênfase no processo de privatizações e no desmonte da seguridade social, ainda não implementada, mas garantida via constituição. Contudo, a ofensiva neoliberal, acima de tudo, passou a desprezar as conquistas de 1.988 no terreno da seguridade social e a taxá-la como perdulária e atrasada na abertura do novo projeto de sociedade.

Trata-se de uma reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de reprodução social, na qual as principais metas foram/são: “redução de gastos públicos; ampliação da participação do setor privado lucrativo e não lucrativo; redução das contribuições das empresas; desenvolvimento de políticas focalizadas na pobreza; desenvolvimento de atividades voluntárias integrantes aos serviços públicos” (Motta, 2015, p. 135).

Diante disso, o Estado submetido aos ditames dos organismos multilaterais entra na “nova” era histórico universal – da globalização/ mundialização –, por meio da desregulamentação e da flexibilização, com redução considerável no papel político e participativo junto à sociedade, configurando-se como um Estado mínimo para classe trabalhadora e máximo para o capital (Netto, 2012).

Nesses termos, o Estado passa a adotar uma perspectiva de racionalização do gasto público, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar seu promotor e regulador, transferindo para a esfera privada as atividades que em tese deveriam ser suas. Evidencia-se, a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da Seguridade Social, a precarização do trabalho marcado pelo aumento da informalidade por consequência do desemprego estrutural, o sucateamento da saúde, previdência e da educação.

Para seus defensores, o modelo burocrático, caracterizado como rígido, hierarquizado, autocentrado, orientado para os processos, devia ser reavaliado e teria que ceder lugar ao modelo gerencial descentralizado, orientado para os cidadãos e para obtenção de resultados (Ribeiro, 2011), isso se encontra presente no Plano Diretor da Reforma do Estado (PDARE)³, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) do ex-ministro Bresser Pereira.



Os desdobramentos da implantação dessa proposta de Estado, capitaneada pelas orientações dos organismos multilaterais, retiram sua presença de setores estratégicos da atividade econômica, provocando uma redução de sua capacidade de investimento e a perda de autonomia da política econômica, ou seja, retira-lhe a função de planejar, regular e conduzir o sistema econômico. Isto significa, que em tempos apologéticos de reforma do estado, sempre se “[...] escolhe como bode expiatório, o gasto fiscal, e como vilão, o funcionalismo público, na verdade partes essenciais de qualquer processo de Reforma” (Dain & Soares, 1998, p. 72).

Em nome da purificação ética, da modernidade e da eficiência, os ataques acabavam por atingir as instituições públicas e a própria vida política da Nação, provocando uma separação entre a vida cotidiana dos cidadãos e o Estado. Assim, o discurso ideológico da contrarreforma apresenta-se camuflado por uma defesa da inserção do país no mundo internacionalizado, mas na prática constituiu-se como um grande processo de privatização, desconstrução de direitos sociais e sedimentação de consensos em torno das reformas necessárias ao capital em crise. Portanto, as contrarreformas do Estado são parte central da subordinação da política macroeconômica brasileira aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e frações de classe no interior do Estado.

Sendo assim, estabeleceu-se por parte dos governos neoliberais: 1) uma quebra nas resistências político-sociais, marcada pela construção do consenso, o qual se deu através da “renovação ideológica da sociedade brasileira”, tendo em vista “a luta ideológica intensa de FHC” no campo midiático, social, cultural, educacional e artístico, com inteira desqualificação das oposições e de todas as propostas alternativas às políticas de governo; 2) uma fratura nos instrumentos jurídico-legais, sendo “a Constituição de 1988 a grande pedra no caminho” do projeto de reforma neoliberal, com a hegemonia do capital financeiro. A partir disso, incidiu um arsenal de medidas, portarias e regulamentações presidenciais para abertura à movimentação do capital estrangeiro no país, sobretudo, romper com “as barreiras” que impediam essa livre movimentação (Netto, 2000).

Na relação entre o público e o privado, o Estado passa adotar sob orientação dos organismos internacionais três posturas: 1) transferência de responsabilidade para sociedade civil, por isso o fortalecimento do Terceiro Setor e de iniciativas individuais, em conjunto com um discurso de responsabilização dos indivíduos; 2) transferência de recursos e de suas responsabilidades para a iniciativa privada, nesse caso para o capital



estrangeiro, mediante processo de desregulamentação dos direitos, flexibilização das relações trabalhistas, focalização-terceirização-privatização das políticas sociais; e 3) intenso processo de precarização somado à financeirização e a propagação das ideias liberais, no sentido de intensificar a reificação e a fragmentação dos movimentos sociais.

Dessa maneira, as ações do Estado mediante adoção do neoliberalismo têm consequências nefastas para o trato das políticas sociais, pois escamoteia a dimensão social dessas políticas, estimulando discursos que supervalorizam a dimensão subjetiva - tida meramente como responsabilidade individual, relegando essa dimensão à uma condição de subalternidade, de uma mediação quase obsoleta. Assim, nesses meandros da organização do Estado, no bojo do neoliberalismo, a conformação da política social sob as características da focalização, seletividade e setorialização apontam para um contexto desfavorável para classe trabalhadora.

Destarte, entrelaçado com as transformações impulsionadas pela crise do capital, o Estado é chamado a administrar aspectos da relação entre o capital e a força de trabalho passando, conseqüentemente, a desempenhar novas funções:

O elenco de suas funções econômicas diretas é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo preço, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega dos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro do Estado. As indiretas não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excelentes possibilidades de valorização; [...] os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa (Netto, 2011, pp. 25-26).

O Estado passa, então, a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, por meio da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da “questão social” (Iamamoto & Carvalho, 2008). As alterações em curso não se



restringem às dimensões econômica e produtiva, elas referem-se também às modificações na forma de regulação estatal com reflexos na configuração dos sistemas públicos de proteção social (Alencar, 2009).

Assim, no terreno movente da crise econômica e política vivenciada no segundo governo da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), alimentada pelo recrudescimento do conservadorismo, forjado nos campos mais extremos da política brasileira, e que ganha força concreta com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, na qual conservadores e liberais se alinham no discurso de crítica e ataque ao Estado brasileiro, o conservadorismo, então, se apresenta claramente como viés ideológico e político para saída dessa “crise”.

Nesse sentido, o conservadorismo se concretiza como um conjunto de princípios orientadores das práticas políticas de setores de direita e extrema-direita no Brasil atual, conformando a assim chamada “nova direita”. Essa “nova direita” não representa propriamente uma novidade histórica em relação à direita tradicional, mas apresenta tendências e práticas diferenciadas, a exemplo de grandes manifestações de massa nas ruas, amplo debate midiático e inserção em organizações políticas da sociedade civil.

Diante disso, podemos inferir que as raízes da “nova direita” brasileira estão na sua aliança com a direita tradicional e os organismos transnacionais. Unificam-se no projeto de conservação da ordem, a direita liberal defensora do livre mercado e da meritocracia, e a direita conservadora nas esferas da cultura, dos valores e da política. No Brasil, essa unificação tem sido crescentemente orientada e financiada por agências internacionais para construção de uma “nova direita”, caracterizada, entre outras dimensões, por uma ampla penetração nos veículos de comunicação e mídias sociais, inserção em comunidades periféricas com fins de organização política, mobilização de massas, promoção de cursos e palestras em setores estratégicos da sociedade civil, no sentido de construir e disputar a hegemonia nas classes sociais brasileiras.

Como podemos perceber, na atualidade, o conservadorismo tem sido remodelado em virtude da reconfiguração do sistema político, econômico e social, que emerge na sociabilidade sob a égide do capital financeiro, para manter firmes ideias de conservação e manutenção da ordem burguesa nacional e internacional. Em paralelo, cresce a intolerância a movimentos de contestação da ordem, inclusive com a repressão armada e violenta utilizada como forma privilegiada de tratamento do Estado para com as demandas dos movimentos sociais.



Em virtude desta conjuntura, a classe trabalhadora brasileira, tem sofrido diretamente os impactos da ideologia conservadora, que se faz ação por intermédio de setores, grupos e indivíduos concretos, atuantes e organizados. O resultado disso, aparece como um reforço à ataques aos direitos sociais e trabalhistas, uma vez que o conservadorismo tem assumido, como tendência, a direção hegemônica sobre as classes sociais, submetendo, inclusive, outras ideologias tradicionais. O conservadorismo tem servido, com base nesses elementos, como ideologia unificadora em defesa da ordem burguesa.

Nesse sentido, é importante compreender que sob a ideia de continuação da “ordem e do progresso” social e econômico brasileiro, emergem com intensidade e visibilidade diferenciada, perante o cenário brasileiro, as forças reacionárias outrora “silenciosas” da direita e extrema direita, privilegiando-se do papel de salvadores da pátria em decadência, pela má administração das forças políticas da esquerda e dos inimigos do desenvolvimento que governaram os países nas últimas décadas.

O discurso conservador que ganha adesão crescente defende a falsa ideia de que, ao combater, eliminar, restringir, encarcerar, criminalizar, reprimir e cercear direitos aos supostos "inimigos da sociedade" restariam automaticamente destravados os rumos da prosperidade e desenvolvimento para a população que adere ao projeto conservador de desenvolvimento. O conservadorismo e a extrema-direita não conhecem a tolerância e não reconhecem outra forma de enfrentamento dos problemas a não ser a coerção mediante violência, em suas variadas formas. (Souza, 2016, p. 112)

É mediante o discurso falacioso do pensamento conservador e burguês, que é camuflado e desviado o foco da real conjuntura social, mantido pela reprodução do capital que acarreta crises a níveis catastróficos impactando a reprodução social da classe trabalhadora, este fato se configura nas expressões da questão social tais como: o desemprego, a perda de direitos, o aumento da violência, a falta de políticas públicas, entre outros (Souza, 2016).

Do ponto de vista do capital, qualquer alternativa de dissolução de forças contrárias ao seu poder hegemônico, político e ideológico devem ser ligeiramente eliminados como parte de uma estratégia de permanência e sustentação da ordem. E para tanto, é fundamental que as alianças da nova direita e da extrema direita se estreitem, no contexto neoliberal, escamoteando os adeptos do progresso, via ideologia progressista social. Ora, os princípios de igualdade, equidade e justiça social, fere no mais alto grau o orgulho burguês e conservador que se dignifica como superior essencialmente.



Deste modo, esses movimentos se direcionam a estratégias rasteiras de cunho ideológico e moralizador para explicar a seu modo e falsamente o contexto de crise no país, e assim, com essa atuação, oferecer saídas para a mesma, ainda que, à lógica neoliberal e conservadora. O exemplo disto, podemos conceber as manifestações do dia 15 de março de 2015 como uma dessas estratégias, as quais levaram às ruas uma massa significativa da sociedade brasileira dando início a uma nova era de governabilidade ao país.

Esse esquema, típico do conservadorismo, pode ser identificado em todos os movimentos de extrema-direita e direita do Brasil. Com esse tipo de atuação, esses movimentos lançam raízes profundas na sociedade, socializando suas ideias como se fossem ideias universais e educando o senso comum segundo o cânone da ideologia conservadora, de modo a construir as condições necessárias para o consentimento, ativas e passivas, da sociedade ao projeto em questão, e assim, consolidar a hegemonia do capital e do pensamento conservador a níveis nacionais e internacionais (Souza, 2016).

As políticas sociais em meio às contrarreformas do Estado brasileiro, sob os auspícios do neoliberalismo e do conservadorismo

Desta feita, os ajustes neoliberais preconizados estabeleceram o aumento da liberdade de movimento para o capital financeiro, para a desregulamentação da economia e para os direitos trabalhistas. O Estado passa a ser reformado para que possa criar bases para a nova fase de acumulação do capital (Santos, 2007), suas funções partem dos interesses de ampliação da acumulação com base na lógica gerencial, de atividades exclusivas do Estado; de serviços sociais e científicos não exclusivos do Estado; e de produção de bens e serviços para o mercado (Pereira, 1997).

Os serviços na área social e científica são considerados como auxiliares, “não exclusiva do Estado”, haja vista serem identificados como atividades competitivas que podem ser controladas e administradas pelo mercado: [...] incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatorios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa e cultural, etc. (Pereira, 1997, p. 25).

Sobre a lógica gerencial que tem como fundamento a racionalidade instrumental, sua relação é com o mundo capitalista como ferramenta da agenda neoliberal na definição



das reformas, influenciando a sociedade tanto na cultura quanto na política, promovendo a descrição do mundo a partir das categorias da gestão privada.

Nesse sentido, a forma do Estado no capitalismo monopolista, é que sua atuação seja feita nas políticas de regulação do mercado de trabalho e do processo de trabalho; nas medidas de controle da atividade política; na regulação de normas de consumo coletivo e nas políticas de composição das rendas do trabalho, isto é, sua participação é na construção de mecanismos para reprodução do capital, através da redução da força de trabalho e destruição da proteção social (Motta, 2015). Dessa maneira,

[...] as políticas sociais assumem também uma função contraditória na sociedade, pois, de um lado, assegura, garante, viabiliza e efetiva direitos dos trabalhadores, mas por outro lado e simultaneamente, é uma poderosa ferramenta de coesão e consenso da sociedade em relação à reprodução do capital. (Souza, 2016, p. 245)

Sendo assim, as políticas de seguridade social articulam-se às necessidades da grande indústria e as que utilizam o capital intensivo. Isso pode ser identificado em três níveis: “na organização do mercado de trabalho, na reprodução ampliada da força de trabalho e na construção de pactos entre os sindicatos dos trabalhadores e o capital, transformando a seguridade em um instrumento de regulação social” (Motta, 2015, p.145).

Diante de todo esse contexto, a população que se encontra em situação de vulnerabilidades socioeconômicas é a que mais sofre, pois, a política social, no estágio atual do capitalismo não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas pretende confrontar-se com a pobreza absoluta (vale dizer, a miséria) com enfoque nos programas de transferência de renda - programas de renda mínima - os quais tem sido implementado em países de capitalismo central e periférico, a exemplo do Brasil, sob adoção do ideário neoliberal (Netto, 2011).

Além disso, a organização do trabalho instrumentalizado pela ampla adoção de novas tecnologias e pela flexibilização dos processos de trabalho, as transformações nos padrões de organização da produção e na gestão da força de trabalho e o sitiamento das práticas políticas dos trabalhadores, direcionam-se para o desemprego estrutural e intensificação da precarização.

Essa flexibilização, que transformou a ordem da produção econômica mundial, foi incorporada pelo setor público através da refuncionalização do papel do Estado, esse



que passou a direcionar suas ações orientadas para o mercado, mediante a restrição das políticas sociais desregulamentando o sistema de proteção social conquistado pelas lutas do movimento operário. Decorrentes do movimento da mundialização, podemos considerar três traços das exigências do capital neoliberal: 1) a flexibilização da produção e das relações de trabalho; 2) a desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros; e, 3) a privatização dos patrimônios públicos (Netto, 2012).

A flexibilização surge com a mudança da acumulação denominada rígida, própria do Taylorismo/fordismo para a acumulação flexível, em um processo de transformações societárias impulsionado pela reestruturação do capital em crise, cujo fundamento é o trabalho mais flexível e a redução do emprego regular, em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. A flexibilização tem como finalidade o aumento da produtividade com mínimo custo, um processo de superexploração do trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro em um regime predominantemente financeiro (Harvey, 1993).

A desregulamentação relaciona-se à autonomização do capital, no tocante ao controle estatal, graças às tecnologias de comunicação e sua capacidade de mobilidade, ocasionando maior liberdade de movimento e propiciando os ataques especulativos contra economias nacionais. Os desdobramentos disso são nas proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais frágeis, afetados com a mundialização no processo contraditório, desigual, assimétrico, intensificado pela revolução tecnológica, sobretudo, com a horizontalização das empresas e sua ligação pela rede de informática; e pelo neoliberalismo cuja essência é o afastamento de barreiras para circulação do fluxo de mercadoria e dinheiro, pela via da contrarreforma do Estado (Behring, 2003).

As privatizações são referentes à transferência para o capital de parcelas expressivas de riqueza pública, tendo implicação tanto na qualidade dos serviços prestados, como na desresponsabilização do Estado para com a gestão de órgãos/instituições públicas (Netto, 2012). Assim, o processo de privatização significou uma desnacionalização do parque industrial de base nacional e a destruição de 143 setores intermediários, sem, em contrapartida, diminuir as dívidas externa e interna (Behring, 2003).

Dessa maneira, o Estado intervém no processo de acumulação dando prioridade à criação e/ou ampliação das condições gerais da produção, definida de acordo com os níveis de organização e de reivindicação da força de trabalho. Sendo assim, a ação do Estado se inscreve em torno de dois eixos: de um lado, o controle das relações entre capital e trabalho; de outro, as sanções ao custo de rentabilidade dos fatores que



estavam tradicionalmente envolvidos na produção destinada ao mercado externo (Cignolli, 1985).

Resumidamente, os seguintes argumentos podem muito bem expressar a nossa realidade atual, na qual:

[...] os proprietários de capital rejeitam abertamente um compromisso que envolva a influência pública sobre o investimento e a distribuição da renda. Pela primeira vez em muitas décadas, a direita tem um projeto histórico próprio: libertar a acumulação de todas as cadeias impostas a ela pela democracia. Pois a burguesia jamais completou sua revolução. Logo que libertou a acumulação das amarras impostas pela ordem feudal, a burguesia foi forçada a sujeitá-la às limitações do controle popular exercido por meio do sufrágio universal. A combinação da propriedade privada dos meios de produção com o sufrágio universal é um compromisso, e ele implica que a lógica da acumulação não seja exclusivamente a lógica dos atores privados. (Przeorskip & Wallerstein, 1988, p.43)

Assim sendo, os novos processos produtivos têm implicado uma metamorfose na economia do trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital, resultando no crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital. Evidencia-se, com isso, a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da Seguridade Social, a precarização do trabalho marcado pelo aumento da informalidade, o desemprego estrutural aumentando, o sucateamento da saúde e da educação.

Dessa forma, o capital tem encontrado respostas paliativas de enfrentamento ao acirramento das expressões da “questão social” em duas direções: 1) retomada do trato policialesco sobre as camadas mais pauperizadas; e, 2) na configuração de políticas sociais assistencialista de cunho minimalista e paliativo. Por consequência, o colapso do desemprego, da fragilidade do trabalho e da “marginalização” do trabalho não salarial, implica em um momento de intensificação da barbarização (Carcanholo, 2009).

Como totalidade social, as transformações em curso são verificadas na estrutura de classes na sociedade burguesa, inclusive, há um desaparecimento de antigas classes nas camadas sociais. Em conjunto com o processo de flexibilização/tecnificação temos alterações em diversos postos de trabalho, as quais se expressam num número assustador de trabalhadores desempregados que não têm mais possibilidades de retornar ao mercado de trabalho. O assim denominado *desemprego estrutural* tem



provocado e alargado o exponencial empobrecimento da “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2005).

É, então diante desse contexto todo, e ainda mais,

Abastecido pelas concepções de mundo liberal, positivista e conservadora, que o Estado do capitalismo monopolista concebe e formula um conjunto de políticas e instrumentos que obscurecem, abstraem a “questão social” como resultante global das contradições do sistema do capital. Em seu lugar, coerente com a visão de mundo dominante e hegemônica, estabelecem uma visão (junto com um arsenal interventivo) segmentada, recortada, fragmentada, tratando-a como problemas dos indivíduos ou das famílias (numa concepção burguesa de “família”). (Souza, 2019, p. 245)

Essa concepção invertida da questão social é mote pelo qual se reproduz as ideologias conservadoras nessa sociabilidade, já que apreendê-la em seu movimento ontológico é desnudar as bases concretas que se assentam o modo operante da produção capitalista, ou seja, é colocar em risco a própria legitimidade do capitalismo, em sua dinâmica de produção e reprodução material e imaterial na sociedade contemporânea.

Considerações Finais

Portanto, sinteticamente, as ações do Estado por meio da adoção do neoliberalismo em conjunto com o conservadorismo enquanto vertente política têm consequências devastas para o trato das políticas sociais, por obscurece a dimensão social dessas políticas, estimulando discursos que supervalorizam a dimensão subjetiva - tida meramente como responsabilidade individual e relegam a dimensão social a uma condição de subalternidade, a uma mediação quase obsoleta que tem como objetivo responder as demandas advindas do contexto de crise do capital.

Vale salientar, que estes movimentos utilizam-se de meios extremos para efetivação da construção do projeto neoliberal em todas as instâncias da sociabilidade brasileira. É possível, perceber que, o mesmo assimila-se com projetos totalitaristas e fascistas excluindo da massa assalariada quaisquer perspectivas de direitos socioeconômicos e políticos, apontando para um futuro autoritário e sob ditadura neoliberal conservadora, já que sob a égide do capital, todas as investidas de dominação e exploração da classe trabalhadora são garantidas pela destituição de direitos sociais e políticos.

Dessa forma, é notório que o conservadorismo vai de encontro com as posturas de tolerância, e não concebe outra forma de enfrentamento dos problemas sociais a não



ser por meio da violência, em suas mais variadas manifestações. Fundamento esse que se espalha na atual conjuntura brasileira, já que o conservadorismo é ideologia própria da forma política desenvolvida pela “nova direita” brasileira.

Assim, as ideias neoliberais alinhadas ao conservadorismo, ao reificarem a concepção de questão social, trazem para o âmbito do Estado formas particulares de intervenção nessa realidade, por meio das políticas sociais, a qual é, e sempre será paliativa, focalizada, fragmentada, assistencialista, que em tempos de aprofundamento do conservadorismo, adquirem fortes tendências preconceituosas e discriminatórias, evidenciando as várias formas de violência do próprio Estado.

Portanto, apontamos a necessidade, mesmo que determinada e delimitada pelas estruturas sociais que estão entranhadas, a construção de processos contraditórios específicos, mas também universalizantes, os quais podem levar a um conjunto de práticas que se insurjam contra o conservadorismo, enquanto ideologia própria do caminho percorrido pelas/nas contrarreformas do Estado brasileiro, bem como em relação ao avanço do neoliberalismo e da “nova direita”.

Notas

¹ A primeira tentativa de reforma gerencial da administração pública ocorreu em 1967, por meio do Decreto nº 200. Este decreto representou uma tentativa de superação da rigidez burocrática, podendo ser considerada como o primeiro momento da administração gerencial no Brasil. Colocou-se toda a ênfase na descentralização, mediante a autonomia da administração indireta, a partir do pressuposto da rigidez da administração direta e da maior eficiência da administração descentralizada. O decreto-lei promoveu a transferência das atividades de produção de bens e serviços para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática (Pereira, 2001, p. 244).

² Na contrarreforma brasileira, o Estado sempre atuou e continua atuando como um protagonista modernizador e reproduzidor do passado, sob hegemonia de interesses conservadores, na qual o eixo de gravitação das atividades econômicas é o mercado externo; não existe uma ausência de uma nuclear e radical ruptura com o estatuto colônia; a burguesia não impulsões para confrontar-se com o latifúndio ou realizar “clássicas” tarefas nacionais, em função de sua articulação com o centros externos e o tempo histórico da nossa industrialização é retardatário.



³ O Plano Diretor tem como proposta: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (MARE, 1995, p. 11). O diagnóstico defendido é de uma reforma no aparelho do Estado como um mero rearranjo de estruturas para atender o mercado. Busca-se a superação das formas tradicionais de ação estatal, mas que mantém essas formas descentralizar e redesenha a flexibilidade, e sobretudo desenvolver modelos gerenciais para o setor público.

Referências

- Antunes. R. (2005). *A dialética do trabalho, escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular.
- Behring, E. R. (2003). *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez.
- Behring, E. R., Boschetti, I. (2010). *Política Social: fundamentos e história*. (9a ed) São Paulo: Cortez.
- Carcanholo, R. A. (2009). A atual crise do capital. *Revista Crítica Marxista*, (29). Recuperado de: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf.
- Carvalho, R, Iamamoto, M. (2008). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. (35a ed) São Paulo: Cortez.
- Cignolli, A. (1985). *Estado e Força de trabalho: introdução à política social no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Dain, S., Soares, L. T. (1988). Reforma do Estado e políticas públicas: relações intergovernamentais e descentralização desde 1988. In Oliveira, M. A. de (org.). *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: UNICAMP.
- Harvey, D. (1993) *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Ed. Loyola.
- Motta, A. (2015). *Cultura da crise de Seguridade Social*. (7a ed) São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2012). Crise do Capital e Consequências Societárias. *Revista Serviço Social e Sociedade*, (111). São Paulo: Cortez.



Netto, J. P. (2011). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. (3a ed) São Paulo: Cortez.
Nogueira, M. A. (1998). *As Possibilidades da Política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra.

Pereira, L. C. B. (1997). *A crise na América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico*. Recuperado de: <https://bit.ly/381rnEH>.

Przeworski, A., Wallerstein, M. (1988). *O capitalismo democrático na encruzilhada*. (NUNES, O. F. Jr., Trad.). Revista Novos Estudos Cebrap. (Obra original publicada em 1988).

Santos, C. M., Abreu, M. H. E. (2011). Os Impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional Frente à Universidade Neoliberal. In *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 9(27). Rio de Janeiro.

Soares, R. C. (2010). *A Contrarreforma na Política de Saúde e o SUS hoje: impactos e demandas para o Serviço Social* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Souza, J. (2016). *Tendências ideológicas do conservadorismo* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.